

RACHEL DE QUEIROZ: ADESÃO E CRÍTICA AOS DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS PÓS-1964¹

Raquel França Dos Santos Ferreira²

Giselle Martins Venancio³

A necessidade que determinou a edição do Ato Institucional n.º 2 veio provar que milagre pode ser lindo, mas que milagre é impossível. Pois durante todos os passados dezoito meses esteve o Governo tentando este impossível milagre: conciliar o processo revolucionário com o restabelecimento da normalidade constitucional⁴.

O trecho em epígrafe é parte da crônica 'O Ato Número Dois', escrita por Rachel de Queiroz para a revista *O Cruzeiro*, publicada em 20 de novembro de 1965. Fazia parte de uma série de crônicas que a autora escreveu ao longo de 30 anos de escrita cronística naquele periódico⁵.

Neste texto, analisaremos três crônicas da escritora cearense publicadas no biênio 1964-1965: ‘A Nova Revolução’, na qual ela elogia o empenho de Castelo Branco em garantir o que ela julga por democracia; ‘Primeiro Aniversário’, um texto emblemático que traz uma reflexão sobre o primeiro ano do regime militar, e, por fim, ‘O Ato Número Dois’, na qual ela elabora uma explicação e justifica o surgimento do AI-2⁶.

Os três textos foram escolhidos a partir de um considerável *corpus* documental, dentre as 430 crônicas publicadas pela autora na revista *O Cruzeiro*, e a sua seleção se deu por uma razão bem específica: tratar-se de discursos de uma consagrada intelectual, mulher, brasileira, que atuou na defesa ao golpe militar produzindo um afinado repertório de elogios e de críticas a ele e aos seus desdobramentos.

Merecedora de uma fortuna crítica considerável, Rachel de Queiroz teve suas descrições biográficas produzidas por autores como Arnaldo Niskier⁷, José Murilo de Carvalho⁸, Heloísa Buarque de Hollanda⁹, dentre outros. Apresentando recolhas de textos e fragmentos dos romances da escritora cearense, contando de sua participação no Conselho Federal de Cultura¹⁰ (1967-1989) e de sua entrada na Academia Brasileira de Letras (1977-2003), esses autores nos deixam entrever aspectos dos caminhos profissionais trilhados por Rachel.

A própria Rachel nos forneceu detalhes sobre sua trajetória intelectual¹¹, ao escrever suas memórias em coautoria com sua irmã Maria Luiza. Desde a infância no interior do Ceará, passando pela sua entrada no Partido Comunista do Brasil (1928-1932), até a sua participação no cenário político brasileiro das décadas de 1960-1970, as duas irmãs resgataram as memórias familiares, afetivas e profissionais em uma obra tecida a quatro mãos.

Em Tese recentemente defendida na Universidade Federal Fluminense, a historiadora Natália de Santana Guerellus¹² nos trouxe também significativa análise biográfica oferecendo, inclusive, um panorama que, iniciado na década de 1930, chega à década de 1960 intercalando criticamente a obra literária, jornalística e política na escrita racheliana com o contexto brasileiro ao longo do século XX.

Pensando em uma composição explicativa que, brevemente, informe sobre a trajetória intelectual de Rachel, podemos sinalizar aqui alguns dos principais momentos e experiências da autora. Nascida filha de proprietários rurais em Fortaleza, no ano de 1910, Rachel foi instruída nas primeiras palavras e leituras pela mãe, D. Clotilde de Queiroz. O pai, Daniel de Queiroz, jurista, muito incentivava seu lado questionador. Frequentou colégio religioso e formou-se professora primária. Chegou a atuar na profissão, mas as letras falaram mais alto e, já na adolescência, colaborava para o jornal *O Ceará*¹³.

Seu primeiro romance, *O Quinze*, a projetou no cenário nacional quando, com uma escrita contundente e realista, atingiu a crítica literária do sudeste brasileiro nos anos 1930. As experiências da seca de 1917 traduzidas nas páginas do livro revelam o sofrimento e as angústias de retirantes nordestinos em busca de uma solução para a fome e para a miséria¹⁴.

Admitindo as influências das suas leituras marxistas, em sua escrita e em sua participação social, Rachel foi militante do Partido Comunista Brasileiro nos anos iniciais da década de 1930. Entretanto, posteriormente transformou sua ação política e reorientou suas perspectivas de atuação intelectual voltando-se aos pressupostos defendidos pelas direitas brasileiras¹⁵ nos anos que se seguiram ao período democrático (1946-1964). Sua trajetória ideológica culminou no apoio declarado e irrestrito ao golpe de 1964 – ao qual chama de Revolução – argumentando que via como retrocesso populista e varguista a gestão de João Goulart na Presidência da República¹⁶.

Dessa maneira, a opção pela leitura das crônicas dessa intelectual é importante no atual momento da história brasileira em que há um recrudescimento de discursos de uma ‘nova direita’. Discursos esses muito próximos àqueles publicados por Rachel na década de 1960.

Todavia, não podemos deixar de perceber que há críticas entremendo seu apoio. Em sua escrita, notam-se argumentos questionadores às políticas estabelecidas pelos governos ditatoriais. Ao sublinharmos essas percepções nos permitimos compreender que coesão e homogeneidade são atributos externos ao movimento. Os pontos de ruptura no seio do movimento direitista são vários. A ponto de suscitar debates importantes na historiografia do período, colocando em xeque o entendimento tradicional de que o fim da ditadura se deu exclusivamente por pressões populares¹⁷.

Feitas essas primeiras explanações, registramos aqui que o intuito do nosso artigo será apresentar e analisar as três crônicas, objetivando salientar a participação da autora e a contribuição da revista conservadora *O Cruzeiro*¹⁸, para a difusão de ideias de apoio ao golpe e ao regime militar em processo de consolidação. Essa é uma tentativa de discutirmos que a ditadura se manteve através de um pseudolegalismo constitucional¹⁹, da repressão e dos discursos de coesão forjados por intelectuais como a autora em questão²⁰.

Nossa leitura será acompanhada, sempre que possível, de breves contextualizações para situar a produção cronística, a trajetória da autora e aspectos da revista em que publicava seus textos. Esse entrecruzamento é necessário para que não percamos a dimensão de que trabalhamos com produtos historicamente construídos e que apresentam ecos, seja pelas mudanças ou permanências, em nosso cotidiano²¹.

‘A Nova Revolução’: discurso do resgate da democracia

Um dos aspectos mais importantes e tranquilizadores desta revolução que veio tirar o Brasil do charco janguista, é que ela não se arreceia de ser revolução mesmo. Dá aos seus chefes o título de comando revolucionário, proclama-se revolução sem medo da palavra e, com o Ato Institucional, como que materializou, documentou o fato concreto e assumiu abertamente todas as responsabilidades do movimento armado de libertação nacional²².

O trecho acima reproduzido é marcado pelo entrelaçamento de três categorias complexas e que permearam tanto o movimento de 1964 quanto o estabelecimento de uma ditadura nos anos posteriores. As categorias são representadas pelas expressões ‘revolução’, ‘janguismo’ e ‘libertação nacional’, e a sua complexidade reside no fato de que as tentativas explicativas, produzidas desde então, ainda não dão conta – e talvez nunca deem – de justificar a adoção de uma ditadura militar²³ no Brasil.

Enquanto as esquerdas chamam a ação dos militares em 1964 de *golpe*, as direitas mantêm-se firmes em nomear aquele evento de *movimento ‘revolucionário’*. A polêmica aprofunda-se quando buscamos desvendar as diferenças nessas designações. Enquanto as esquerdas afirmam ter o evento deposto um presidente legítimo (João Goulart ou *Jango*, como era popularmente conhecido), as direitas apresentam argumentos de legitimidade constitucional com a promulgação do primeiro Ato Institucional. As sutilezas jurídicas do discurso das direitas culminam no entendimento de que as medidas calçadas em decretos, leis e Atos Institucionais garantiriam a legitimidade do regime estabelecido nos anos posteriores a 1964²⁴.

Enquanto partícipe do processo, Rachel de Queiroz adota a designação ‘*Revolução*’. Manteve-se assim coerente com a sua percepção de que Jango não seria legítimo representante da nação e de que os militares estariam resgatando a democracia perdida desde os tempos varguistas²⁵.

João Goulart, por sua vez, aparece na tríade citada anteriormente como o estopim de um suposto movimento comunista. Rachel de Queiroz atribui a Jango o status de continuador das tradições populistas, em vigência tanto do período Vargas quanto do governo de Juscelino Kubitscheck. Assim, refletindo o imaginário circulante entre os membros das direitas, atribui ao ‘janguismo’, por um lado o *perigo* de uma cavalgada comunista e, por outro, o relaciona às medidas populistas, vistas por ela como ações de “gangsteres usurpadores do poder”²⁶.

Assim, não restaria outra posição aos baluartes do movimento ‘revolucionário’, senão a luta pela ‘libertação nacional’ que passaria pela deposição de um governante supostamente ameaçador aos patrimônios e propriedades existentes no modelo econômico brasileiro – privilégio do grande capital, composto por elites empresariais e latifundiárias.

Citando o jornalista Élio Gáspari²⁷, que produziu importante coleção de livros sobre os caminhos tomados pelas lideranças presentes na organização do golpe militar, por ‘libertação nacional’ se compreenderia: a preservação das propriedades; a manutenção do *status quo* das elites nacionais; integração do país com o grande capital internacional – afastando a economia do tão temido subdesenvolvimento; a preservação da democracia²⁸; e, principalmente, a erradicação completa e incondicional de todo e qualquer movimento herdeiro de tradições intelectuais de esquerda – notadamente os ‘comunistas’²⁹. Esse último argumento era ressaltado na mídia como o principal motivo de apoio dado pelas camadas médias urbanas aos militares³⁰.

Obviamente, as categorias acima entrecruzadas são uma opção explicativa extraída de dentro da fala de uma das participantes do golpe. Rachel de Queiroz refletia, em sua escrita, as escolhas e percepções oriundas de uma filha de proprietários cearenses e que, tendo momentaneamente se associado a células do PC no Brasil na década de 1930, posteriormente transformou-se em uma escritora ligada aos grandes meios de comunicação das empresas de Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello – dono e diretor do conglomerado *Diários Associados*³¹.

Seguindo a arrumação lógica oferecida nas crônicas pela nossa autora, temos que o perfil analítico utilizado por Rachel se vincula a um forte antigetulismo, fruto das perseguições sofridas por ela durante a chamada *Era Vargas* (1930-1945) que a levava a rechaçar qualquer vinculação de governos brasileiros às tradições e heranças entendidas por ela como varguistas. Juscelino e Jango, além de Brizola, seriam, portanto, seus principais antagonistas políticos após 1964³².

Por outro lado, remetendo a uma proximidade parental pelo seu lado materno dos Alencar³³, enxerga no Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco o artífice político mais apto a estabelecer as medidas necessárias para que se conseguisse afastar, das cercanias do poder naquele momento da República brasileira, aqueles tão indesejáveis opositores – ou seja: Jango e tudo o que representaria no imaginário antigetulista e anticomunista das direitas brasileiras. Sendo assim, entendido como autoridade legítima e liderança do processo, Castelo Branco é saudado pela autora:

Agora o novo presidente da República (com que gosto se vê a reabilitação desse título!) está empossado, juramentado, governando. Aplaudido e apoia-

do pelos democratas e patriotas, incensado pela grita dos aderentes, dos solidários incondicionais a todos os governos; é de ver a ânsia com que eles dão depoimento, o fulgor com que proclamam as suas esperanças, o destemor sem jaça com que se guardam ao vencedor. E dá vontade de explicar ao cordão dos lisonjeiros e oportunistas profissionais que eles estão muito enganados. Que tudo isso que eles dizem do marechal Castelo Branco, por simples vício de adular, pensando que é mentira – é verdade mesmo!³⁴

Recomposição democrática, banimento de inimigos políticos, “ordem para o caos”. Essas e outras expressões acompanham a chegada de Castelo Branco ao poder. Depositário das esperanças daqueles que fizeram campanhas contra Jango³⁵, Castelo aparece como merecedor de confiança. Sua capacidade de governo estaria ainda ligada à ideia de desprendimento: afirmava que, terminado o mandato regulamentar, vagaria sua cadeira convocando eleições para presidente³⁶. E marcava isso no primeiro Ato Institucional:

Art. 2º - A eleição do presidente e do vice-presidente da República, cujos mandatos terminarão em trinta e um (31) de janeiro de 1966, será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, dentro de dois (2) dias, a contar deste Ato, em sessão pública e votação nominal³⁷.

Forjando um discurso de aparente coesão entre os seus pares, Rachel enumera mais e mais qualidades, personificando na figura do presidente recém-empossado a imagem de um governo honesto e austero. Democrático, porém armado pelos militares. E as contradições continuam:

Dele não temos a recear que os poderes excepcionais lhe subam a cabeça e que nenhuma escura noite ditatorial vá cair sobre nós, com os presídios cheios de presos políticos, sem inquérito nem processo, a opinião sufocada, a censura nos jornais e emissoras. O seu combate aos comunistas e demais conspiradores vai ser às claras, pela letra da lei, à sombra da toga dos juízes. Quem tiver crime paga – e para os crimes há definições específicas nos códigos e nas leis de segurança nacional.

Disso temos garantia prévia, nas próprias palavras do presidente, no seu discurso de posse, pois ele, como bom democrata, achou que nunca é cedo demais para tranquilizar a consciência livre do País; e assim enfaticamente afirmou o marechal Castelo que o combate ao comunismo e aos malefícios da extrema esquerda jamais servirão de pretexto para o favorecimento de uma extrema direita reacionária³⁸.

Novamente apresenta-se a letra da lei e dos códigos legislativos nacionais para afirmar o compromisso das direitas no poder em manterem-se alinhadas à democracia. Mas as últimas palavras de Rachel nessa crônica são, ao mesmo tempo, um alerta e uma profecia: o temor de uma virada rumo à “extrema direita reacionária”. Alerta porque mostra que o que entendemos por ‘direita política’, como tentamos salientar, não é uma categoria homogênea e unívoca. Profecia porque censura, torturas e perseguições estariam cotidianamente em pauta no governo desde 1964³⁹. Há notícias de encarceramento, prisões políticas, tortura e censura desde que os militares se estabeleceram no poder⁴⁰.

Percebemos, após a leitura desse texto, que o discurso forjado era de que a trajetória do *movimento ‘revolucionário’* seria orientada para transformar, ou resgatar, aquilo que as direitas brasileiras entendiam como democracia – ligada, especialmente, às liberdades de propriedade, eleição e expressão.

‘Primeiro Aniversário’: a ação contradiz o discurso

Não, absolutamente não irei dizer que esta não era a revolução dos meus sonhos. Melhor não sonhávamos, nem diferente, naqueles dias escuros de 1962, 1963, 1964. A mim, se me mandassem refazer tudo, chamaria exatamente os mesmos homens – salvo um ou dois! – pois não tinha melhores para lhes pôr no lugar⁴¹.

Um ano havia passado e o primeiro aniversário não apresentava motivos para comemoração. O cenário que se configurava era composto por uma economia nacional ainda inflacionária e em crise; divergências políticas entre os militares linhas-duras e os moderados; rumos incertos a serem adotados após o mandato de Castelo Branco, além das práticas de censura, tortura e perseguições avultarem-se dia a dia⁴².

Rachel não era alheia ao reconhecimento de que os desdobramentos daquele panorama seriam tempestuosos. A sua primeira frase no trecho supracitado assemelha-se a um desabafo, pontuado por três negações: *Não, absolutamente não irei dizer que esta não era a revolução dos meus sonhos*⁴³. Aparentemente, compreendia a dimensão de que os grupos detentores do controle do governo estariam enredados em um círculo problemático, pouco ou nada fazendo para a resolução dos anseios daqueles que apoiaram o *movimento ‘revolucionário’*, especialmente entre as camadas médias urbanas.

Castelo, apesar de, na opinião de Rachel, “talentoso e honesto”⁴⁴, tinha dificuldades em dirimir questões importantes como a inflação e os questionamentos levantados, até mesmo dentro dos gabinetes do Palácio da República

em Brasília, sobre o processo sucessório⁴⁵. Para complicar ainda mais, as intempéries climáticas que assolavam regiões populosas no sertão do Norte e do Nordeste eram potencializadas pela falta de infraestrutura:

Aqui no Ceará, como no Amapá, como no Pará, por onde andei recentemente, o povo de interior adentro praticamente não conhece governo. Não conhecia antes, não conhece ainda. E diga-se que a Revolução tem nestas três províncias homens excelentes: os governadores Luiz Mendes no Amapá, Jarbas Passarinho no Pará, Virgílio Távora no Ceará. Que dão tudo de si, num esforço imenso para realizarem a sua obra de governo, e fazem mais do que humanamente está ao seu alcance para criar soluções. Mas tudo é contra: a extensão das terras, a falta de comunicações, a pobreza extrema da terra e do povo, a dificuldade de contato direto do Governo com as camadas mais humildes dos seus governados. Lá na Amazônia é a selva, são as águas, é a insalubridade, as distâncias, a pobreza da terra de plantar, a rusticidade extrema da população e o próprio número reduzido dessa população, posta a enfrentar a natureza selvagem e a terra imensa. Aqui no Nordeste, a terra é toda devassada e curta, mas é áspera e adversa, e a pobreza é a mesma. Não há nada feito. Como na Amazônia, toda a obra de governo tem que começar da estaca zero⁴⁶.

Ao chamar a atenção para as mazelas sofridas pelas populações sertanejas, fosse do camponês cearense ou do amazonense, Rachel nos permite vislumbrar a inépcia dos governos em direcionar esforços e investimentos que resultassem em transformação da condição subumana vivida naquelas regiões. Ela suaviza as críticas ao citar, elogiosamente, os nomes dos respectivos governadores dos estados listados no trecho da crônica. Entretanto, ao enumerar os nomes, nos mostra quais governos foram incapazes de atender às demandas dos habitantes mais carentes – para além do próprio poder central.

O ideal de *ordenação do caos* mostrava-se impraticável, nas condições estabelecidas pelo *movimento 'revolucionário'*. Preocupados em perseguir, censurar e torturar; ocupados com os banimentos políticos e com o expurgo aos militares dissidentes, o discurso da luta por uma democracia sólida caía por terra⁴⁷. Firmes mesmo eram os investimentos voltados à manutenção e sustentação do empresariado, uma opção clara pelo alinhamento ao grande capital:

Dir-se-á que isto são mesquinhas e que o Governo se empenha na solução de problemas realmente gigantescos. Pois é. E daí mesmo vem a minha melancolia. Penso nas cidades grandes, nas fábricas de automóveis, nas refinarias de petróleo, na frota aérea, nos navios de guerra, essas coisas gigantes e caras. Do outro lado um saco de feijão. Esta pobreza irremediável, esta triste-

za. Fome mesmo, fome sem literatura. Viver da mão para a boca – e só quando a mão tem o que levar à boca. Na Amazônia é a mesma coisa, ou pior, porque ainda tem as doenças. Aquela falta de solução⁴⁸.

Incentivos à agricultura familiar? Não. Busca por soluções alternativas para os transportes tornarem-se mais eficazes e econômicos? Não. Investimento em infraestrutura? Não. Essas não eram nem de longe, muito longe, opções para o governo, embora as questões já fossem debatidas, tanto entre as esquerdas quanto entre as direitas nacionais⁴⁹.

As respostas apresentadas pelo poder central chegavam, na visão de Rachel de Queiroz, sempre em caráter paliativo, quando chegavam:

O Governo está fazendo. O Ministério da Agricultura se esforça e as Secretarias estaduais se desdobram. Mas é muito grande o espaço que medeia entre a mão do Governo e a mão do pobre – e há muitas outras mãos preenchendo esse espaço. O Governo manda distribuir sementes, por exemplo; abrem-se postos de distribuição nas cidades do interior. Mas o grosso da população dos municípios que se espalha pelas fazendas e povoados distantes – a eles nada chega. Posso afirmar porque estou vendo: nada chega⁵⁰.

O que era feito: pouco. O que chegava ao povo: nada. A distância entre a fala democratizadora, isto é, mantenedora das liberdades de propriedade, expressão e eleição, na qual Rachel se engajava, e a prática de um governo preocupado em oferecer condições dignas para que o povo efetivamente exercesse e fosse incluído nessa democratização transformava-se em um abismo cada vez mais profundo.

Claramente aquele discurso democratizador direcionava-se a uma parcela muito restrita da população: aquela ligada à informação, com acesso aos privilégios e benesses existentes tanto em centros urbanos quanto entre as elites rurais⁵¹. Era essa a fatia da população brasileira que alcançava patamares melhores em saúde e educação, investimentos e patrimônios – a despeito de uma crise econômica crescente. Do outro lado da balança, cresciam as desigualdades sociais entre as camadas operárias e camponesas que, colocadas como pauta na luta das esquerdas, afiguravam-se às direitas como uma realidade distante e alheia⁵².

‘O Ato Número Dois’: rearticulação

Os comentários de má fé tentam analogias entre a situação atual e a instalação do Estado Novo fascista de Vargas em 37. No entanto, a diferença é diametral en-

tre as duas situações. Vargas, em 37, cometeu simplesmente um golpe de estado para se perpetuar no poder. E agora, uma revolução atuante continua na dinâmica do seu processo, defendendo-se das tentativas dos que pretendiam fazê-la estagnar ou retroceder. A Revolução não tinha acabado. A Revolução continua⁵³.

A terceira crônica escolhida faz referência à necessidade de repensar os caminhos adotados pelos militares. Apoiando, mais uma vez, o que chamou de *movimento 'revolucionário'*, a autora enfatiza que os anseios das parcelas partícipes não foram satisfeitos. Avistava-se a decisão de continuidade do regime militar. De acordo com Rachel, haveria ainda muito que fazer:

Pois a Revolução se fez com dois objetivos: primeiro, para derrubar a quadrilha de aventureiros que se apossara do poder depois da renúncia do presidente Jânio Quadros; segundo, para promover, no Brasil, uma grande operação restauradora, que o retirasse definitivamente da degradação e do caos social e econômico em que se afundara, num longo processo de dissolução que vinha desde Vargas, e até mesmo de antes de Vargas⁵⁴.

Novamente as questões do antigetulismo, particularmente relacionado por Rachel à figura de Jango, e da 'libertação nacional', aparecem no trecho acima. As profundas dificuldades sofridas pela população, fruto do descaso daqueles governos anteriores, em suas palavras, seriam o real motivo pelo qual a devolução do poder aos ditames constitucionais estaria em atraso.

Seguindo essa lógica, o AI-2 faria parte de um momento de reflexão e de retomada daquele discurso outrora perdido ao longo do mandato do presidente Castelo. Entretanto, ele marcaria um divisor de águas: a partir de sua promulgação, emergiriam dissidências entre militares e intelectuais que retiraram o apoio ao golpe⁵⁵. Crescia a certeza de que aquele movimento que se designava como passageiro passava a tomar ares de continuidade e de consolidação.

Mantendo-se comprometida com os militares, Rachel de Queiroz, no entanto, prossegue oferecendo seu apoio no espaço da revista conservadora *O Cruzeiro*. Em suas linhas, surgem textos de apoio aos militares no poder e às suas ações:

Que era sincero o Governo, na sua tentativa de impor rapidamente a volta à vida democrática normal, pode-se verificar pelos riscos que calculadamente correu, chegando até às eleições de 3 de outubro; e pela resistência, demora e hesitação com que, afinal, fez uso dos poderes excepcionais que a Revolução lhe entregara. Se cedeu, se temporariamente renunciou à sua paixão legalista,

foi pressionado não pelo radicalismo da linha-dura, não por ameaças externas ou internas, mas pela lógica dos fatos, por coerência e honestidade⁵⁶.

Reconhecendo a existência de dissidências internas, pressões externas e a ação contundente de militares linhas-duras, nossa cronista prossegue justificando as ações de Castelo como 'inevitáveis'. Atribuindo o aprofundamento do movimento militar a uma conjuntura crítica, presente na sociedade brasileira desde antes da Era Vargas, passa a admitir e a legitimar o discurso de que nada haveria de se fazer, em período tão curto, que resultasse efetivamente na dissolução dos problemas brasileiros. O AI-2 seria a reestruturação necessária para que se 'ganhasse tempo'.

Já não via mais com tanto pesar aquele presidente que se contradizia ao permanecer no poder quando afirmava categoricamente, meses antes, que seu mandato seria curto e que as eleições estariam próximas. Mais uma vez os artifícios jurídicos e legalistas entram em cena para adornar de ares constitucionalistas um novo golpe, aquele que manteria Castelo no poder por, pelo menos, mais dois anos⁵⁷. Desenharia então, o seguinte perfil político:

O Ato Institucional nº 1 marcou a si mesmo um prazo; mas a experiência de governo, nestes 18 meses, provou que a Revolução pecara por otimismo. A velha, viciosa máquina política estava instalada muito segura e fundamente, e arrancá-la não era tarefa para ser cumprida em tempo tão curto. Os vencidos tomavam cada concessão democrática, feita pelo poder revolucionário, como uma capitulação, como uma prova de fraqueza e uma esperança maior de restauração da ordem velha. Neste ano e meio, provaram de sobejo os derrubados que realmente eram irrecuperáveis. Não pensaram um instante em deixar o passado para trás e aceitar honestamente os novos estilos e se associarem patrioticamente à obra de reconstrução nacional. Só tinham, e na verdade só têm uma preocupação: a *revanche*. O retorno. Voltar a tudo como era dantes, como se nada houvera acontecido. Mal comparando, lembram os emigrados franceses quando retomaram o poder depois da queda de Napoleão: o furacão revolucionário passara sobre eles como passa o sol pela vidraça. Não aprenderam nada, não se modificaram em nada, não se corrigiram de nada. Para eles só havia uma ideia fixa: recomeçar tudo do ponto onde estava antes, no tempo do finado rei⁵⁸.

Apelando, novamente, aos medos e às resistências sociais contra as esquerdas, Rachel percebe que o argumento de um suposto retorno ao que se entenderia então por comunismo⁵⁹ é um elemento aglutinador do apoio das camadas médias, intelectuais e trabalhadores ao modelo ditatorial em processo de consolidação. Orquestrando novamente a sinfonia, retorna ao palco a

tríade: ‘revolução’, ‘janguismo’, ‘libertação nacional’. Ainda que as ações dos militares não tivessem o efeito desejado, era pedida uma segunda chance.

E a chance, se não foi dada, foi forjada através das mãos e canetas da legislatura militar. Apesar do uso da expressão ‘concessões democráticas’, a despeito dos desaparecimentos de civis e, sobretudo, contraditoriamente alegando-se ‘libertador nacional’, o movimento ‘revolucionário’, apoiado por Rachel, entraria a passos largos em sua fase mais tenebrosa – embora nossa autora não pudesse prever os anos de chumbo, *flashes* podiam ser vislumbrados pelas constantes mortes suspeitas em carceragens, e desaparecimentos de civis⁶⁰. Mesmo assim, a intelectual caminhava perfilada e prestando continência aos militares:

Logo no dia seguinte à vitória de 31 de março, os homens que derrubaram Jango, suas pompas e suas obras, apresentaram uma novidade no meio das outras novidades: não se escondiam sob um legalismo hipócrita, e abertamente se chamavam de revolucionários, e ao movimento vitorioso chamavam de Revolução. [...] Não era mais um novo *pronunciamento* à moda sul-americana para elevar ao poder mais um general. Era revolução mesmo, viera para derrubar a velha ordem corrompida e desmoralizada e fazer funcionar a República Federativa dos Estados Unidos do Brasil em moldes de decência, paz social, recuperação econômica. E para isso precisou de plenos poderes, dos poderes excepcionais, que lhe foram dados pelo Ato Institucional nº 1 – e que agora são completados pelo Ato Institucional nº 2⁶¹.

Cumprindo mais uma vez sua função de aglutinadora, pacificadora dos ânimos e dos questionamentos possíveis contra o regime que se estabelecia, Rachel compreende que o AI-2 seria uma extensão complementar ao Ato Institucional anterior. Pretensa coerência fundamentada nos textos ‘complementares’, porém contraditórios entre si, dos dois atos:

O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe⁶².

Observando esse fragmento do texto do primeiro Ato Institucional a, então denominada ‘revolução’, impõe-se limitar os poderes de que dispõe. Em seu artigo segundo, citado anteriormente, prevê seu término, com a convocação de eleições. Já o texto de 1965 nos informa que:

Não se disse que a revolução foi, mas que é e continuará. Assim o seu Poder Constituinte não se exauriu, tanto é ele próprio do processo revolucionário, que tem de ser dinâmico para atingir os seus objetivos. Acentuou-se, por isso, no esquema daqueles conceitos, traduzindo uma realidade incontestável de Direito Público, o poder institucionalizante de que a revolução é dotada para fazer vingar os princípios em nome dos quais a Nação se levantou contra a situação anterior.

A autolimitação que a revolução se impôs no Ato institucional, de 9 de abril de 1964 não significa, portanto, que tendo poderes para limitar-se, se tenha negado a si mesma por essa limitação, ou se tenha despojado da carga de poder que lhe é inerente como movimento. Por isso se declarou, textualmente, que os processos constitucionais não funcionaram para destituir o Governo que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País, mas se acrescentou, desde logo, que destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo Governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do poder no exclusivo interesse do País⁶³.

Em um texto extremamente confuso, aberto a várias interpretações, o poder instaurado se autodetermina contínuo. Negando, portanto, apesar do esforço em suprimir essa condição, a sua primeira concepção de término em 1966. “Que esse interregno de força seja breve é o que todos desejamos. Mas também – e isso é essencial – que, peada por um falso legalismo, a Revolução não se renegue, não se mutile nem se entregue aos inimigos antes de completar a tarefa que assumiu”⁶⁴. Palavras de Rachel aos seus leitores.

Considerações finais

Terminamos nosso artigo compreendendo que essa é apenas uma abordagem analítica inicial. Temos consciência de que há mais perguntas do que respostas. Mas, igualmente, entendemos que o novo movimento das direitas encontra ecos naquele período após 1964.

Queremos ainda lembrar que a tríade de crônicas apresentada é apenas um pálido espectro da contribuição de Rachel para a revista *O Cruzeiro*. Suas participações durante o movimento, entretanto, não se limitavam às palavras

publicadas na revista, já que ela atuou como Conselheira na Câmara de Letras do Conselho Federal de Cultura entre os anos de 1967 e 1989 – tomando parte em um dos aparelhos de Estado criados durante a ditadura para centralizar e normatizar investimentos na Cultura nacional.

Atuando nas vanguardas da direita brasileira desde a década de 1950 ao associar-se, por exemplo, a União Democrática Nacional (UDN), Rachel de Queiroz manteve seu apoio ao regime até a abertura política, festejando e propagandeando ações dos governos posteriores a Castelo Branco, apesar de ainda levantar questionamentos sobre a brutalidade das investidas policiais sobre intelectuais e sobre cidadãos comuns⁶⁵.

Assim, ainda que sejam indagações iniciais, esse artigo pretendeu levantar e analisar alguns aspectos limitados dos discursos, ora de elogio ora de reflexão crítica, da intelectual cearense. Muito ainda há que se pesquisar. Em especial sobre o afinamento entre os textos da autora e os próprios Atos Institucionais citados aqui.

As questões argumentativas que levaram em consideração a pluralidade das direitas – a coesão forjada em torno de uma luta anticomunista e, no caso de Rachel de Queiroz, antigetulista – e as concepções de democracia defendidas nas crônicas, ainda nos circundam nos dias atuais. Bandeiras dos movimentos das direitas, nos anos de 2013 a 2015, foram levantadas contra uma suposta ameaça de empoderamento comunista no Brasil, contra as medidas sociais adotadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), entendidas e/ou vinculadas ao antigo populismo e em clamor a uma ‘intervenção militar democrática’⁶⁶.

Ciclo vivo, a história aponta no horizonte um problemático recrudescimento das direitas. Mudanças e permanências. Heranças e reflexos. Questões que permanecem ainda em aberto.

RESUMO

Esse artigo tem por objetivo investigar alguns dos discursos de adesão e de crítica à ditadura militar, estabelecida no Brasil entre 1964 e 1985. Para tanto, os documentos escolhidos foram três crônicas da intelectual de direita Rachel de Queiroz, publicadas nos anos de 1964 e 1965, na revista *O Cruzeiro*. Entre mudanças e permanências discutem-se, também, alguns dos ecos que ainda reverberam nas manifestações da atual ‘nova direita’ brasileira.

PALAVRAS-CHAVE

Crônicas; Brasil; Ditadura Militar; Rachel de Queiroz.

Rachel de Queiroz: support and criticism to the political developments after-1964

ABSTRACT

This paper aims to investigate some of the speeches of support and criticism to the military dictatorship, established in Brazil from 1964 to 1985. Therefore, the documents chosen were three chronicles, composed by the rightist intellectual Rachel de Queiroz and published in the years 1964 and 1965, in the magazine *O Cruzeiro*. Between changes and continuities, we argue, also, some of the echoes that still reverberate in the manifestations of the current Brazilian's 'new right'.

KEYWORDS

Chronicles; Brazil; Military Dictatorship; Rachel de Queiroz.

NOTAS

1. O artigo ora apresentado trata-se de uma primeira incursão analítica após a defesa da tese intitulada *A 'Última Página' de O Cruzeiro: crônicas e escrita política de Rachel de Queiroz no pós-64*, realizada no último mês de julho e orientada pela professora doutora Giselle Martins Venancio. A tese conta com quatro capítulos em que se discutem algumas das bases intelectuais da escritora Rachel de Queiroz, bem como sua ligação com a revista *O Cruzeiro*. Para tanto, foram lidas 430 crônicas publicadas no periódico durante os anos de 1964 a 1975.
2. Profa. Dra. Raquel F. S. Ferreira (História) – Assistente em Documentação Fundação Biblioteca Nacional-RJ – Contato: raquelfrancarj@gmail.com
3. Profa. Dra. Giselle Martins Venancio (História) – Professora de Teoria e Metodologia da História, Universidade Federal Fluminense – giselle@historia.uff.br
4. QUEIROZ, R. de. 'O Ato Número Dois'. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica *O Cruzeiro*, 20/11/1965, p. 114.
5. A escritora começa a escrever para a revista em 1945 e termina suas contribuições no ano de 1975. Para a tese, entretanto, estudamos apenas os anos de 1964 a 1975.
6. QUEIROZ, R. de. 'A Nova Revolução'. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica *O Cruzeiro*, 23/05/1964, p. 130; 'Primeiro Aniversário'. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica *O Cruzeiro*, 01/05/1965, p. 114; 'O Ato Número Dois'. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica *O Cruzeiro*, 20/11/1965, p. 114.
7. NISKIER, Arnaldo. *Evocação de Rachel de Queiroz*. Rio de Janeiro: Edições Consultor, 2010.
8. CARVALHO, J.M. de. *Rachel de Queiroz: cadeira 5, ocupante 5*. Rio de Janeiro: ABL; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2010.
9. HOLLANDA, H. B. de. *Rachel de Queiroz*. São Paulo: Global, 2004.
10. Para maiores informações sobre esse Conselho, vide: CALABRE, L. INTELLECTUAIS E POLÍTICA CULTURAL: o Conselho Federal de Cultura. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB_LiaCalabre_Intelectuais_e_PoliticaCultural.pdf. Acesso em: 19 out. 2015.

11. QUEIROZ, R. de; QUEIROZ, M^a L. de. *Tantos anos*. Rio de Janeiro: ARX, 2004.
12. GUERELLUS, N. de. *Como um castelo de cartas*. Tese (História). Niterói: Programa de Pós-Graduação em História-UFF, 2015.
13. GUERELLUS, N. de. *Regra e exceção: Rachel de Queiroz e o campo literário dos anos 1930*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.
14. QUEIROZ, R. de. *O Quinze*. Rio de Janeiro: Siciliano, 1993.
15. Procuraremos, sempre que possível, relativizar a concepção de *direita política*, colocando a referência a ela no plural. Esse posicionamento visa forçar-nos a compreender que não há homogeneidade, unanimidade ou coesão irrestrita entre os participantes. Um exemplo é a própria ruptura entre os militares da linha moderada e os da linha dura, atuantes no governo pós-64. Cf. SKIDMORE, T. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz&Terra, 1988.
16. FERREIRA, R. F. dos Santos. *A última página de O Cruzeiro: crônicas e escrita política de Rachel de Queiroz no pós 64*. (Tese em História) Niterói: UFF. 2015.
17. Para maiores esclarecimentos, vide ROLLEMBERG, D.; QUADRAT, S. (orgs). *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. V. 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; FICO, Carlos. *O Golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV, 2014, GASPARI, Élio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, dentre outros autores, que discutem ter sido o fim da ditadura resultado não apenas das pressões populares, mas também uma ação das próprias lideranças militares.
18. A revista *O Cruzeiro*, ligada ao grande capital e aos grandes meios de comunicação, mantinha uma linha editorial conservadora, entretanto, havia espaços polifônicos em suas páginas, denotando certa autonomia aos jornalistas que ali escreviam, pelo menos até a morte de Chatô. Cf. BARBOSA, Marialva. *O Cruzeiro: uma revista síntese de uma época da história da imprensa brasileira*. IN: *Revista Ciberlegenda* (sítio). N. 7, 2002. Disponível em: <http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/331>. Acesso em: 24 ago. 2015; MORAIS, F. op cit.
19. GASPARI, Élio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
20. GASPARI, É. *Op. cit.*
21. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 3^a ed. Petrópolis: Vozes, 1998. Disponível em: <http://www.uneb.br/gestec/files/2011/10/74892255-A-Invenc-a-o-do-cotidiano-Michel-de-Certeau.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2015.
22. QUEIROZ, R. de. 'A nova revolução'. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica *O Cruzeiro*, 23/05/1964, p. 130.
23. Embora reconheçamos a participação de civis durante o golpe em 1964, o processo subsequente manteve-se sob os auspícios militares. Assim, concordamos com Ricardo A. Souza Mendes quando afirmam que a presença dos civis foi constante, contudo, como as lideranças eram militares justifica-se o uso da expressão *ditadura militar*. Cf. MENDES, R. A. S. 'Militares e o debate sobre os rumos da política externa brasileira

- (1961-1965). IN: FERREIRA, Jorge (org). *As Repúblicas no Brasil: política, sociedade e cultura*. Niterói: EDUFF, 2010.
24. GASPARI, Élio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
25. QUEIROZ, R. de; QUEIROZ, M^a L. de. *Tantos anos*. Rio de Janeiro: ARX, 2004.
26. QUEIROZ, R. de. 'A Nova Revolução'. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica *O Cruzeiro*, 23/05/1964, p. 130.
27. Vide GÁSPARI, Élio. *A ditadura encurralada; A Ditadura escancarada; A ditadura envergonhada; A Ditadura derrotada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
28. Democracia é um termo polissêmico, de definição imprecisa, e em constante transformação. Cada grupo político vai apropriar-se desse termo de acordo com as suas convicções próprias. Alguns intelectuais de meados do século XX, como Norberto Bobbio, por exemplo, definem vários tipos de democracia (a representativa; a direta; a social; a econômica), contrapondo-se àqueles que entendem democracia apenas como o exercício político do 'votar e ser votado'. Analisando-se a obra cronística de Rachel de Queiroz, podemos sintetizar que democracia, neste contexto, é entendida como o exercício do eleitor, o direito à liberdade de imprensa e de expressão e o direito à propriedade. Todavia, ao discutir sobre o exercício político e a associação de grupos de esquerda em movimentos contestatórios, a autora os considera como uma 'subversão' contra a legalidade constitucional. Cf. BOBBIO, N. Disponível em: <http://www.libertarianismo.org/livros/nbofdd.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2015; QUEIROZ, R. de. *Tantos anos*. *Op cit*.
29. GASPARI, É. *Op cit*.
30. CARVALHO, A. C de. *A rede da democracia*. O Globo, O Jornal e O Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-64). Niterói: NITPRESS/EDUFF, 2010.
31. Tal conglomerado chegou a ser formado por dezenas de empresas espalhadas pelo Brasil, entre emissoras de rádio e TV, editoras de jornais, revistas e livros. Dentre elas, podemos citar os jornais *Estado de Minas*, *O Jornal* e a revista *O Cruzeiro*. Cf. MORAIS, Fernando. *Chatô: O rei do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
32. FERREIRA, Raquel F. dos Santos. *A última página de O Cruzeiro: crônicas e escrita política de Rachel de Queiroz no pós 64*. (Tese em História) Niterói: UFF. 2015.
33. GUERELLUS, Natália de Santana. *Regra e exceção*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.
34. QUEIROZ, R. de. 'A nova revolução'. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica *O Cruzeiro*, 23/05/1964, p. 130.
35. Um exemplo dessas campanhas foi encampado pelos jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Jornal* e por rádios como a *Tupi*, na chamada *Rede da democracia*. Cf. CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A rede da democracia: O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-1964)*. Niterói: EDUFF, 2010.
36. COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura*. Brasil: 1964-1985. 3^a Ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.
37. PRESIDÊNCIA da República do Brasil. Artigo 2º do Ato Institucional de 9 de abril

de 1964. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso em: 24 ago. 2015.

38. QUEIROZ, R. de. 'A nova revolução'. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica *O Cruzeiro*, 23/05/1964, p. 130.

39. A própria revista *O Cruzeiro* traz notícias de tortura em delegacias em Goiás durante quase todo o ano de 1964. Outro exemplo é a obra de David Nasser que discute os rumos perdidos pela 'revolução de 64', como ele a designava. Cf. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica *O Cruzeiro*, 1964; NASSER, David. *A revolução que se perdeu a si mesma*. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica *O Cruzeiro*, 1964.

40. Sabe-se que a censura, por exemplo, sempre fez parte do cotidiano brasileiro desde os tempos coloniais. Em momentos de aguçamento das crises e em governos ditatoriais, a censura aparece como solução para conter as oposições. Perseguições políticas seguem uma lógica parecida. Cf. FICO, C. 'Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão'. IN: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (orgs). *O Brasil republicano: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 187.

41. QUEIROZ, R. de. 'Primeiro aniversário'. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica *O Cruzeiro*, 01/05/1965, p. 114.

42. NAPOLITANO, Marcos. *O regime militar brasileiro: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Atual, 1998.

43. QUEIROZ, R. de. 'Primeiro aniversário'. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica *O Cruzeiro*, 01/05/1965, p. 114.

44. QUEIROZ, R. de. 'A nova revolução'. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica *O Cruzeiro*, 23/05/1964, p. 130.

45. GÁSPARI, E. *Op cit.*

46. QUEIROZ, R. de. 'Primeiro aniversário'. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica *O Cruzeiro*, 01/05/1965, p. 114.

47. GASPARI, É. *A ditadura envergonhada. Op cit.*

48. QUEIROZ, R. de. 'Primeiro aniversário'. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica *O Cruzeiro*, 01/05/1965, p. 114.

49. Rachel de Queiroz cita essas opções em outras crônicas não selecionadas aqui. Um breve flagrante de que as questões ambientais, de economia familiar e de matrizes energéticas e de infraestrutura, incluindo transportes mais eficazes, já eram discutidas na época, inclusive pelas direitas. Cf. QUEIROZ, R. de. 'Última página'. *O Cruzeiro*, op cit. 1964-1975.

50. QUEIROZ, R. de. 'Primeiro aniversário'. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica *O Cruzeiro*, 01/05/1965, p. 114.

51. SKIDMORE, T. *Op cit.*

52. SKIDMORE, T. *Op cit.*

53. QUEIROZ, R. de. 'O ato número dois'. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica *O Cruzeiro*, 20/11/1965, p. 114.
54. QUEIROZ, R. de. 'O ato número dois'. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica *O Cruzeiro*, 20/11/1965, p. 114.
55. Podemos citar intelectuais como David Nasser, ou mesmo veículos de comunicação como *O Correio da Manhã*. Há também aquelas instituições que permaneceram em uma “zona cinzenta”, assim denominada por Denise Rollemberg, referindo-se àquelas que não manifestavam claramente seu apoio à ditadura e que, igualmente, não apresentavam críticas ostensivas – um exemplo para essa postura seria a adotada pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Cf. GÁSPARI, É. *A ditadura encurralada*. op cit.; ROLLEMBERG, Denise. “As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974)”. IN: ROLLEMBERG, D.; QUADRAT, S. (orgs). *Op cit.*, 2010.
56. QUEIROZ, R. de. 'O ato número dois'. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica *O Cruzeiro*, 20/11/1965, p. 114.
57. SKIDMORE, T. *Op cit.*
58. QUEIROZ, R. de. 'O ato número dois'. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica *O Cruzeiro*, 20/11/1965, p. 114.
59. Importante chamar a atenção para o fato de que a vinculação do governo João Goulart ao comunismo é um equívoco. Segundo Michelle Reis de Macedo, citando Rodrigo P. Sá Motta, Jango obteve apoio de grupos conservadores ao seu governo. Cf. MACEDO, M. R. de. 'Em nome da democracia: direitas, esquerdas e a “Guerra de Jornais” na imprensa carioca (fev. 1964)'. IN: FERREIRA, J. (org). *O Rio de Janeiro nos jornais*. Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj, 2011.
60. GASPARI, E. *Op cit.*
61. QUEIROZ, R. de. 'O ato número dois'. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica *O Cruzeiro*, 20/11/1965, p. 114.
62. PRESIDÊNCIA da República do Brasil. Ato Institucional de 9 de abril de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso em 24/08/2015.
63. PRESIDÊNCIA da República do Brasil. Ato Institucional de 27 de outubro de 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm. Acesso em: 24 ago. 2015.
64. QUEIROZ, R. de. 'O ato número dois'. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica *O Cruzeiro*, 20/11/1965, p. 114.
65. FERREIRA, R. F. dos Santos. *Op cit.*, 2015.
66. Notícias sobre isso podem ser encontradas nos principais jornais do país. Citamos aqui *O Globo*, principal veículo de comunicação das direitas brasileiras: 'Manifestantes no Recife pedem intervenção militar no Brasil'. *O Globo*, 15/03/2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/03/manifestantes-no-recife-pedem-intervencao-militar-no-brasil.html>. Acesso em: 24 ago. 2015.